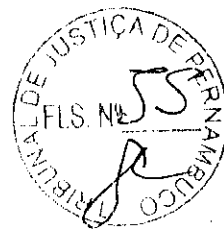




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 202.435-5

COMARCA: BELO JARDIM

008

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RENATO GONÇALVES FERREIRA

PACIENTE: RENATO GONÇALVES FERREIRA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ DIOGO FILHO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM FACE DO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. A EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA DE DEFESA SE CONSTITUI EM JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PARA DILAÇÃO DA INSTRUÇÃO. PACIENTE RESPONDE A OUTRO PROCESSO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. A CONTUMÁCIA DO PACIENTE EM COMETER CRIMES GRAVES JUSTIFICA SUA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA A FIM DE

GARANTIR A ORDEM PÚBLICA, IMPEDINDO A REITERAÇÃO CRIMINOSA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA PROFERIDA EM DESFAVOR DO RÉU. SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 21 DO STJ. UNANIMEMENTE, FOI DENEGADA A ORDEM.



009

1. A dilação da instrução processou restou devidamente justificada na hipótese dos autos, tendo em vista a expedição de Carta Precatória para intimação de testemunha de defesa.
2. O fato do paciente responder a outra ação penal por tentativa de homicídio recomenda a manutenção de sua custódia cautelar a fim de evitar reiteração criminosa, garantindo, desta forma, a ordem pública.
3. A alegação de constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o paciente em face do excesso de prazo para a prolação de sentença na ação penal a que responde perante o juízo do primeiro grau fica superada pela superveniência da sentença de pronúncia proferida em desfavor do réu.
4. Exegese da Súmula 21 do Superior Tribunal de Justiça.

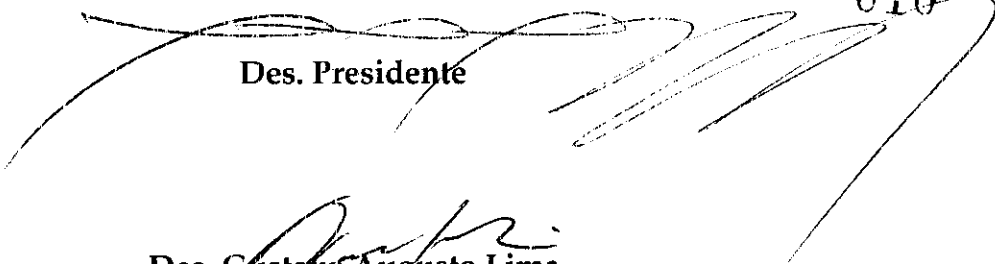
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 202.435-5 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de

Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do
Des. Relator.



Recife, 26 de fevereiro de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 202.435-5

011

COMARCA: BELO JARDIM

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RENATO GONÇALVES FERREIRA

PACIENTE: RENATO GONÇALVES FERREIRA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ DIOGO FILHO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

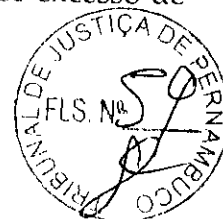
RELATÓRIO

RENATO GONÇALVES FERREIRA impetra o presente *habeas corpus*, em seu favor, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim.

Aduz o impetrante que responde ao processo-crime nº 205.2008.001906-5 perante o juízo impetrado. Alega que se encontra submetido a constrangimento ilegal em virtude do excesso injustificado de prazo para conclusão da instrução processual, tendo em vista que está custodiado desde o dia 24/julho/2008. Assevera que a autoridade apontada como coatora não tomou providências para que a regular tramitação da instrução processual, tendo em vista que ainda não foi designada a primeira audiência. Argumenta que, na hipótese dos autos, não se aplica o princípio da razoabilidade, tendo em vista o dilatado lapso temporal de sua custódia cautelar.

Registra ainda que, mesmo na hipótese de crime hediondo, é cabível o relaxamento da prisão processual em virtude do que preconiza a Súmula 697 do STF. Por fim, requer a concessão da ordem a fim de que sua prisão em flagrante seja relaxada por excesso de prazo.

012



Não foram acostados quaisquer documentos à peça arial.

O pedido de concessão de liminar foi indeferido, a teor da decisão interlocutória de fls. 12/13.

A autoridade tida como coatora prestou informações, via fax, às fls. 18/19. Os originais dos informes oficiais foram acostados às fls. 34/35, os quais vieram acompanhados dos documentos de fls. 36/46.

A douta Procuradoria de Justiça exarou parecer às fls. 50/51, opinando pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de fevereiro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

013

PROCESSO Nº 202.435-5

COMARCA: BELO JARDIM

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RENATO GONÇALVES FERREIRA

PACIENTE: RENATO GONÇALVES FERREIRA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ DIOGO FILHO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

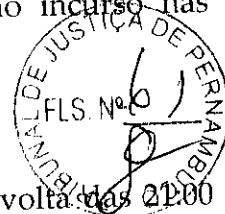
Sr. Procurador de Justiça

Nesta instância de superposição jurisdicional, impetra **RENATO GONÇALVES FERREIRA** a presente ordem de *habeas corpus*, em seu favor, onde é apontado o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim como autoridade coatora.

A presente impetração está lastreada na alegação de constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o paciente em face do excesso de prazo para conclusão da instrução processual da ação penal a que responde perante o juízo impetrado.

Compulsando as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, verifica-se que o paciente figura como réu nos autos do processo-crime nº 205.2008.001906-5, tendo sido denunciado em 11/dezembro/2008 como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

014



Consta da denúncia que, no dia 13/janeiro/20054, por volta das 22:00 horas, na Rua Deusdete Santos Aguiar, Bairro de Santo Antônio, Município de Belo Jardim, o ora paciente, utilizando-se de uma arma de fogo, efetuou vários disparos contra Rafael Rodrigues Ferreira, no momento em que esta se deslocava para sua casa, ceifando a vida da vítima sem que esta pudesse exercer qualquer tipo de defesa.

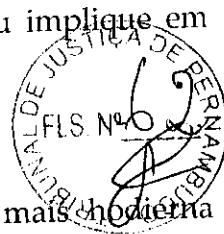
Narra a peça acusatória que o crime foi motivado por um desentendimento anterior entre o ora paciente e a vítima, fato que ensejou a vingança do acusado.

Consoante os informes oficiais, a audiência de instrução e julgamento se iniciou em 17/agosto/2009, onde foram inquiridas 03 (três) testemunhas arroladas pelo Ministério Público. A audiência para ouvida das testemunhas faltosas, designada pra o dia 27/outubro/2009, não foi realizada em virtude de haver sido marcada, para a mesma data, sessão do Tribunal do Júri daquela Comarca. Para ouvida das testemunhas de defesa foram expedidas Cartas Precatórias para a Comarca do Recife. A autoridade indigitada coatora pontifica em suas informações que o paciente, ao contrário do afirmado na peça vestibular, não foi preso em flagrante nem teve a sua prisão preventiva decretada nos citados autos.

A irresignação do impetrante não merece agasalho. Como é de sabença elementar, a concessão de *habeas corpus* em face da alegação de excesso de prazo é medida excepcional, somente admitida nos casos em que a demora na conclusão da instrução processual seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável

duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII da Carta Magna; ou implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

015



Também não se deve olvidar que, nos termos da mais moderna jurisprudência dos nossos Pretórios, a complexidade da instrução, traduzida pelo elevado número de acusados e diversidade de patronos, reveste o feito de complexidade, razão pela qual se tolera que a instrução processual se distenda para além dos prazos preconizados pelo CPP.

Apesar da ação penal a que responde o paciente contar com apenas um réu, temos que o processo se reveste de uma certa complexidade na medida em que foi necessária a expedição de Carta Precatória para intimação de testemunha arrolada pela defesa. Como é de sabença elementar, o cumprimento de uma Carta Precatória se constitui em diligência que, por sua natureza, demanda considerável lapso de tempo, fato que, por si só, contribui para alongar a conclusão do sumário.

Em casos tais, o Colendo STJ tem se manifestado pela inexistência de constrangimento ilegal em face do excesso de prazo observado se mostrar plenamente justificado. Neste sentido:

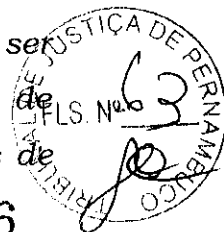
(HC 137.574/GO, Rel. Ministro NAPOLÊÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 23/11/2009)

A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

Neste caso, a dilação para a conclusão da instrução pode ser debitada à complexidade do feito e à necessidade de expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas de defesa.

016

Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial.



Contudo, este não é o único motivo que recomenda a manutenção da segregação interina do paciente. Ao exarar o seu judicioso parecer, o diligente Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, identificou mediante pesquisa no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que o paciente, além da ação penal já aludida, responde a outro processo crime perante a 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim por tentativa de homicídio, feito tombado sob o nº 205.2008.000254-5.

Consta daqueles autos que o Ministério Público ofereceu denúncia contra Ronaldo Afonso da Silva e Renato Gonçalves Ferreira, ora paciente, tendo em vista que, no dia 17/junho/2007, na Rua Pocidônio, 213, Cohab 2, Belo Jardim, os referidos acusados, agindo em união de desígnios, desferiram vários disparos de arma de fogo contra Manoel José da Silva Júnior, vindo a atingir o irmão deste, José Eduardo da Silva, que não chegou a óbito em virtude de ter obtido tratamento médico eficaz. A denúncia relata, ainda, que os referidos acusados vêm sendo investigados por integrarem um grupo de extermínio com atuação naquela urbe.

Em 10/dezembro/2009 ambos os acusados foram pronunciados como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 14, II, e art. 29, todos do Código Penal.

É de bom alvitre ressaltar que o fato do paciente estar respondendo a outra ação penal, desta feita por tentativa de homicídio qualificado, demonstra sua contumácia na prática de crimes de natureza grave, afigurando-se lícito sua segregação provisória do meio social com vistas a garantir a ordem pública. Neste sentido se manifestou o Colendo STJ:

(RHC 21723 / PI; RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2007/0175056-0; Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; Órgão Julgador QUINTA TURMA; Data do Julgamento 25/09/2007; Data da Publicação/Fonte DJ 22/10/2007 p. 317)



017

Ementa

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. LATROCÍNIO.

PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE MOTIVADA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 64/STJ. TRATAMENTO MÉDICO. FALTA DE PROVA DA NECESSIDADE E DA URGÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

O recorrente responde a várias Ações Penais, tendo sido preso em flagrante, e pela proximidade das datas dos delitos, pode-se afirmar que, a cada concessão de liberdade ou de relaxamento do flagrante, novo crime era cometido, o que é suficiente para manter a custódia cautelar para garantia da ordem pública, de forma a impedir a reiteração criminosa.

Por derradeiro, temos que a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo fica superada com a prolação da sentença de pronúncia em desfavor do acusado, consoante reiterada manifestação jurisprudencial de nossos Pretórios.

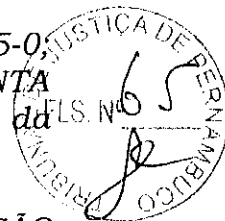
O Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, em situação idêntica, assim se manifestou:

Habeas Corpus 177726-0; Comarca Olinda; Relator Antônio de Melo e Lima; Órgão Julgador 2ª Câmara Criminal; Data de Julgamento 27/11/2008 09:00:00; Publicação 008

Advindo sentença de pronúncia, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, nos termos da súmula 21 do Superior Tribunal de Justiça.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça compartilha do mesmo entendimento:

(HC 100714 / PA; HABEAS CORPUS 2008/0040295-0;
Relator Ministro JORGE MUSSI; Órgão Julgador QUINTA
TURMA; Data do Julgamento 18/12/2008; Data da
Publicação/Fonte DJe 09/03/2009)



EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO
PROVISIONAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 21/STJ.
COAÇÃO NÃO VERIFICADA.

018

*Resta superada a alegação de demora na entrega da
prestação jurisdicional quando sobrevém a sentença de
pronúncia, prolatada em desfavor do paciente, a teor do
enunciado sumular n. 21, deste Superior Tribunal de Justiça.*


A matéria foi pacificada com a edição da Súmula nº 21 do STJ, a qual
possui o seguinte teor:

***"Pronunciado o réu, fica superada a alegação do
constrangimento ilegal da prisão por excesso de
prazo na instrução".***

À vista do exposto, senhores Desembargadores, senhor Procurador de
Justiça, em harmonia com a manifestação ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É COMO VOTO.

Recife, 26 de junho de 2010.


Des. Gustavo Augusto de Lima
Relator